

A ABORDAGEM PEDAGÓGICA DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NA LEI 10.639/2003

Marielle Alexandre do Nascimento ¹
Francisca Maria do Nascimento Sousa ²

INTRODUÇÃO

A educação constitui-se como um dos meios de transformação social. É papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de cada grupo. Após anos de lutas e reivindicação dos movimentos sociais negros, no ano de 2003 foi instituída a Lei 10. 639/03, que trata da inclusão, em todos os níveis de ensino, de conteúdos relativos à cultura e história afro-brasileira e africana, tanto nas instituições públicas quanto nas privadas. Esta lei vem favorecendo grandes debates sobre a questão racial em nosso país.

No presente trabalho procurou-se analisar as históricas desigualdades sociais sofridas pelos negros e por todos aqueles que aderem, vivem ou professam as expressões culturais oriundas desse grupo étnico, como é o caso dos adeptos das religiões afro-brasileiras como o Candomblé e a Umbanda. Dentro dos ambientes escolares muitos alunos umbandistas evadem-se da escola por sentirem que não são aceitos, por isso os professores precisam estar cientes da importância de combater as discriminações raciais, já que o Brasil é composto pela mistura das três raças (negros, índios e branco). Por isso é necessário analisar as concepções que o professor utiliza ao trabalhar a temática do ensino da cultura afro-brasileira e africana no âmbito dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Este é o objetivo desta pesquisa.

Além disso, os professores devem procurar conhecer a história e a cultura afro-brasileira e africana bem como as influências que estes povos trouxeram para o Brasil, de modo que possam repassar aos seus alunos informações mais positivas e mais completas

¹ Graduada do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Centro Universitário Santo Agostinho- UNIFSA, Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior- UESPI, mariellealexandre73@gmail.com;

² Orientadora do Trabalho - Francisca Maria do Nascimento Sousa- Graduada em Pedagogia (1991) e Mestre em Educação, UFPI, (2001), Docente do Centro Universitário Santo Agostinho-UNIFSA.

sobre esses povos. Isso pode ocorrer através de diversas ações pedagógicas com vista a formar cidadãos com posturas de equidade, tal como propomos neste texto.

A pesquisa evidencia 3 capítulos: 1- O negro no Brasil - uma história de exclusão e resistência, onde abordamos a trajetória dos negros no período colonial até os dias de hoje; 2- O negro e a Educação, onde tratamos o processo de exclusão e inclusão no processo educacional; 3- Construindo uma educação antirracista, onde trabalhamos a importância da lei 10. 639/03 para os novos rumos de uma educação mais democrática e não discriminatória.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, onde se realizou com vista a mostrar e melhor compreender a realidade escolar do povo negro. Pretendeu promover uma alteração positiva na realidade escolar vivenciada pela população negra, abrindo possibilidades de novas discussões sobre a temática, buscando ações para trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa e igualitária, revertendo os efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo.

A fundamentação teórica é embasada em autores e textos que discutem a temática, tais como: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2004), Gomes (2013), Gomes; Nascimento (2011) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Lei 10. 639/03 (2003), Nascimento (2001), Toniosso (2011). O material utilizado para a pesquisa foi submetido a uma seleção sistematizada sendo que foram respeitados os direitos dos autores das obras estudadas, garantindo assim o seu aspecto ético e científico.

Para observarmos a importância de se trabalhar nos ambientes educativos de ensino superior as relações étnico-raciais, é de grande utilidade se analisar os aspectos legais que embasam a temática, por isso a necessidade de se executar uma pesquisa documental na pesquisa, que ocorreu através das análises das leis e diretrizes que especificam as questões étnico-raciais que trouxeram relevância para a investigação em questão. A pesquisa, mostra em sua literatura o reconhecimento e valorização da história e cultura afro-brasileira e africana, além da identidade da população afrodescendente e da importância de se trabalhar o respeito às diferenças.

O NEGRO NO BRASIL: UMA HISTÓRIA DE EXCLUSÃO E RESISTÊNCIA

Em meados dos anos de 1580 pessoas negras oriundas da África foram trazidos na condição de escravos para o Brasil, terra que para eles era totalmente desconhecida. Essa terra, que há séculos era habitada por uma diversidade de povos (apelidados de índios), ficou

sob o domínio de portugueses que ao apoderar-se desses domínios tiveram que impor um violento processo de dominação física e cultural sobre essas populações nativas. Mesmo com certa resistência da igreja, a escravização dos nativos foi uma triste realidade na história do Brasil. Reduzidos à situação de mercadoria, quando chegavam aos portos brasileiros os africanos eram vendidos como escravos. Abrigados em senzalas, ambiente desumano e de péssimas condições, esses viviam sob permanente estado de vigilância e submetidos à constante violência psicológica, moral e física.

FORMAS DE RESISTÊNCIA E LUTAS ANTIESCRAVISTAS

História assim tão desumana não poderia ter se dado sem fortes ações de resistências dos escravos em defesa da própria vida. As revoltas eram constantes; grandes e pequenas ações, coletivas ou individuais. Abortos, resistência ao trabalho, assassinato de senhores, queima de fazendas, revoltas organizadas - como a do Malês, por exemplo-as formas de resistências foram inúmeras e diversificadas. “algumas escravas procuram de propósito aborto, para que não cheguem os filhos de suas entranhas a padecer o que elas padecem”, (ANTONIL, 1982, pg. 87).

Muitos escravos fugiam das crueldades dos senhores. Eles reuniam-se e formavam quilombos, que eram comunidades escondidas nas matas para que não fossem encontrados, ou seja, os quilombos eram refúgio para os oprimidos. Ali vivam harmoniosamente. Plantavam e colhiam, eram livres, organizavam sua própria forma de governo e todos os habitantes podiam dar as suas sugestões. Os chefes dos quilombos sempre se reuniam com os mais velhos para resolverem as pendências do grupo e organizar ações externas como o comércio com comunidades próximas ou ações ousadas para libertar outros escravizados.

A RELIGIOSIDADE COMO FORMA DE RESISTÊNCIA

Em volta da fogueira e nas noites de lua, as histórias da África e dos ancestrais acalentava a saudade e a imaginação dos escravizados. Momentos livres ou solenes de expressões religiosas ajudavam a acalantar o sofrimento da escravidão e a esperança de uma vida menos sofrida. Assim, proibidos de expressarem livremente a sua religiosidade original, vista geralmente como coisa do mau, restou ao africano o disfarce que se dava em torno do sincretismo religioso. As religiões afrodescendentes hoje são fundamentais na compreensão da cultura africana, pois em seus mandamentos seguem o que seus ancestrais na época da escravidão praticavam. Para as populações negras as religiões foram e continuam sendo espaço de educação e de consolidação da autoestima, além de preservação cultural.

O NEGRO E A EDUCAÇÃO

A história da população negra brasileira, todavia, configura-se como uma situação de exclusão e marginalização no que se refere ao direito à educação. Mesmo a Constituição Federal, no seu art 205º, dizendo ser a “educação um direito de todos e dever do Estado e da família”, isto na prática ainda não se concretizou como direito pleno para esse segmento social, especialmente pelo alto índice de insucesso escolar; consequência dos níveis elevados de reprovação, evasão e desistência de jovens que não concluem o ensino básico obrigatório. Durante todo o período escravocrata o negro sempre lutou por sua liberdade e também por melhores condições de sobrevivência. A realidade imposta aos negros permaneceu sendo o analfabetismo com conseqüente desemprego ou acesso apenas aos trabalhos de pior qualidade.

MOVIMENTO NEGRO: UMA EDUCAÇÃO PARA A VIDA

A luta dos negros brasileiros para superação da situação opressiva que lhe foi imposta vem desde a chegada dos primeiros africanos escravizados. “Revoltas, suicídios, assassinatos de senhores, queimas de fazendas, fugas e especialmente a organização de quilombos, demonstram essa capacidade organizativo e de resistência negra” (GOMES E NASCIMENTO, 2011. p 32). Portanto a história do movimento negro no Brasil é muito antiga. Esse movimento foi de grande importância para a comunidade negra, pois se buscava uma educação para todos, ou seja, que negros e brancos tivessem o mesmo acesso educacional. “o movimento negro, desde o período do escravismo já organizava atividades que visavam à alfabetização de escravizados, embora esse processo fosse proibido por lei” (GOMES, 2004, p. 2). Percebe-se como era imposto de maneira brutal o preconceito racial. Privavam o negro de todas as possibilidades de acessão social ou vida mais humana.

CONSTRUINDO UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Construir uma educação antirracista tem sido o objetivo de muitos homens e mulheres brasileiros/as que lutam por uma educação mais democrática e de qualidade para todos. Conscientes dos prejuízos sofridos pela população afrodescendente brasileira, tanto pela exclusão escolar, quanto pelas discriminações que se dão no seu contexto, torna-se cada vez mais urgente a construção de princípios e ações que garantam uma educação sem discriminações, preconceitos ou exclusões. Entre outros aparatos legais, a Lei 10.639/2003 se configura como uma grande aliada com vistas ao combate ao racismo.

UM NOVO CICLO DE PENSAMENTOS: APARATOS LEGAIS E A LEI 10. 639/2003

Apesar das práticas e da cultura racista brasileira, o país tem um histórico de leis antirracistas. A Constituição Federal de 1988 traz explícito no seu artigo 3^a. Inciso VI, ser um dos “objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

No ano 2000 foi aprovado o decreto-lei de número 3.198, do então deputado federal Paulo Paim, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial em defesa dos que sofrem preconceito ou discriminação, por causa de sua etnia, raça e cor. “o debate sobre a questão racial ganha uma ferramenta que serve como parâmetro para reivindicações de direitos básicos e para legitimar a atuação do poder público”. (CANDAUI, 2013, p. 131)

Em 2003 o então presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva assinou a lei 10.639, que alterou o parágrafo 4^o, Art. 26^o da lei 9. 394/96, estabelecendo a obrigatoriedade de incluir nos currículos escolares, públicas e privadas, nos Ensino Fundamental e Médio, de todo o país, a temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Com vista a implementação da Lei, o Conselho Nacional de Educação – CNE, estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, instituindo políticas públicas de combate ao racismo, focalizando o reconhecimento dos valores fundamentais do povo afrodescendentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Trabalhar com as diferenças no ambiente escolar deve ser realizado de maneira adequada e bem planejada, e principalmente de forma interdisciplinar. Para isso, o professor executará sua prática pedagógica de maneira crítica-reflexiva desenvolvendo suas ações e analisando posteriormente os resultados obtidos pelos alunos não deixando de colher os pontos negativos para arrumá-las e fortalecer os pontos positivos. O professor ao trabalhar sobre a cultura afro-brasileira pode utilizar diversos instrumentos metodológicos, como revistas, jornais, notícias retiradas da Internet, livros de histórias, imagens de personalidades negras que se destacaram no nosso país.

Verifica-se assim que se a escola passa a planejar projetos relacionados à cultura afro-brasileira e incentivar os professores para importância desse trabalho, a sociedade só tende a ganhar. A população negra que antes não se via representada na escola passa a ser vista como cidadãos comuns que possuem direitos e deveres a cumprir como qualquer outro indivíduo,

além do conhecimento que será adquirido nas atividades que são enriquecedoras para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a escola é uma instituição social que deve estar preparada para atender toda a população que a ela recorre. Por isso ela contribui com o desenvolvimento da nação e deve procurar combater as desigualdades tanto sociais quanto étnicas existentes na sociedade. Buscando a democratização na sociedade é essencial que as instituições estejam empenhadas em diminuir os índices de desigualdade existentes e para isso é essencial que valorize a diversidade, o respeito e a igualdade em relação à cor, sexo, etnia, religião, classe social.

Constatamos por este estudo que a escola ainda contribui para as visões racistas, mas há também no seu interior estratégias no sentido de desconstruir estas visões e muitos professores começam a se preparar para contribuir com esta mudança. Além disso, os professores precisam estar cientes da sua importância na formação pessoal e social do seu aluno e que o conhecimento sobre os diversos segmentos que compõe essa nação é que oportunizará aos alunos uma construção cidadã com respeito às diferenças existentes na nossa sociedade. Portanto, é fundamental que não só a população negra tenha conhecimento sobre o seu povo, mas todos os indivíduos que formam o Brasil e o que a sociedade brasileira precisa é se conscientizar de suas origens étnico-raciais.

Palavras-chave: Lei 10.639/03, Educação, Relações étnico-raciais.

REFERÊNCIAS

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982.

CANDAU, Vara Maria. **Educação em direitos humanos e formação de professores (as)**. São Paulo: Cortez, 2013.

GOMES, Ana Beatriz Sousa **Movimento negro, política educacional e escola: o engajamento dos educadores**. Teresina: UFPI, 2004.

GOMES, Ana Beatriz Sousa; NASCIMENTO, Francisca Maria do. **Introdução Conceitual: Educação para as relações étnico-raciais**. Teresina: EDUFPI, 2011 p. 32-39.